

por Carlos Milani*

POLÍTICA E PÓS-MODERNIDADE: DIALOGANDO COM EURÍPEDES FALCÃO VIEIRA E MARCELO MILANO FALCÃO VIEIRA

Os autores de "A dialética da pós-modernidade, a sociedade em transformação" definem a pós-modernidade como a resultante da combinação entre globalização dos mercados, triunfo da cibernética e revolução tecnológica. A pós-modernidade representa, para eles, o redimensionamento da sociedade global a partir do final do século 20. Além disso, ela implica ruptura profunda no plano da análise dos fenômenos sociais. Com esta obra, que reitera o interesse dos professores pelo debate epistemológico nas ciências sociais, Eurípedes Falcão Vieira e Marcelo Milano Falcão Vieira procuram responder ao desafio posto hoje aos intelectuais brasileiros de tentar dar sentido a objetos e sujeitos ainda em construção. Parafraseando Michel Foucault, os autores tentam complexificar ainda mais a análise da pós-modernidade por meio de uma dupla-hermenêutica entre o *meaning giver*, quem dá o significado, e os *meaningless objects*, os objetos sem significado (Foucault, 1973) ¹.

Dada a amplitude e a profundidade da análise empreendida pelos autores, múltiplas leituras e diversos comentários podem ser tecidos sobre o todo ou parte(s) do texto a fim de iniciar um diálogo com os professores e pesquisadores Eurípedes Falcão Vieira e Marcelo Milano Falcão Vieira. Como bem recordam os professores, "na passagem da modernidade da era industrial para a pós-modernidade da era informacional, é natural que a transitoriedade (...) gere apegos a conceitos, formulação de novos conceitos e interpretações conceituais divergentes" (página 185). Reconhecendo, com os pesquisadores, que as relações entre as modernidades e as pós-modernidades são diversas, nossa escolha, para esta breve resenha, foi a de selecionar três temas de diálogo, que apresentamos a seguir.

Em **primeiro lugar**, como se dão as conexões entre o tempo e o espaço na modernidade e na pós-modernidade? Quais são as mudanças provocadas pela aceleração do tempo da pós-modernidade nas relações humanas, nas organizações e nos sistemas sociais? Tentando aportar respostas e análises a estes questionamentos, reconhecem os autores que as infovias, as novas tecnologias da comunicação e as redes cibernéticas têm impacto direto sobre os atores individuais, os movimentos sociais, as organizações, as hierarquias que nelas podem estar presentes, bem como sobre a difusão do poder entre Estados e empresas. As infovias ensejam aceleração do processo de tomada de decisão dos atores (individuais e coletivos), aceleração esta que pode ou não representar salto qualitativo da pertinência e adequação das decisões. Em alguns casos, a aceleração temporal (por exemplo, quanto à quantidade de informação disponível ou à velocidade de difusão de informações sobre realidades distantes) pode complexificar o processo decisório, retirando-lhe, em muitos casos, o caráter de resultado defi-

* Prof. EAUFBA

¹ Michel Foucault lembra que "the human sciences find themselves treating as object what is in fact their condition of possibility. They are always animated, therefore, by a sort of transcendental mobility. They never cease to exercise a critical examination of themselves. They proceed from that which is given to representation to that which renders representation possible, but which is still representation. So that, unlike other sciences, they seek not so much to generalize themselves or make themselves more precise as to be constantly demystifying themselves" (Foucault, 1973, p. 344).

nitivo: a decisão torna-se ela mesma um processo. Essa ruptura profunda com a definição do que seriam as decisões perturba sobremaneira os modos de implementação das estratégias dos indivíduos e das organizações. Por exemplo, no que diz respeito à gestão pública local, o acesso a informações contínuas acerca de múltiplas experiências de gestão em inúmeros outros municípios e regiões no Brasil e no mundo pode tornar freqüente o debate sobre as práticas adequadas para o tratamento do lixo, os transportes coletivos, a educação das crianças e adolescentes, entre outras políticas públicas municipais possíveis.

Como diria Michel Beaud, há uma *aceleração na aceleração* do desenvolvimento da tecnologia, da economia e da informação que acaba por produzir espaços novos – as redes – em que são tomadas decisões, intercambiadas práticas, produzidas inovações (Beaud, 1997). É claro que, nesses novos espaços e tempos da pós-modernidade, como salientam os autores, expandem-se pelo menos três níveis de realidades: a realidade visível (marcada pelos antagonismos, desequilíbrios, violências, terrorismos, intolerâncias, redes de crime organizado), a realidade oculta (a economia subterrânea, a especulação financeira, a corrupção política) e a realidade mascarada (que projeta imagens falsas, manipula valores e significados). Daí porque seria possível entender a sociedade global enquanto globalização da riqueza e da cultura, mas também globalização da pobreza e da incultura. O papel dos meios de comunicação de massa na conformação desses diferentes níveis da realidade, com o desenvolvimento do que Gilberto Dupas chamaria de “mídiação do espaço público”, pode resultar na constituição de um “espaço público publicitário” em que o poder, nas suas múltiplas formas, seria diluído e impassível de análise ou identificação (Dupas, 2004).

Ora, como já afirmara Bertrand Russel, “o conceito fundamental das ciências sociais é o Poder, da mesma forma que a Energia é o conceito fundamental da física” (Russel *apud* Flyvbjerg, 2001). A centralidade do debate sobre o papel do poder na política (ambos, poder e política, considerados nas suas diversas expressões e múltiplas formas de organização) remete-nos, evidentemente, a um **segundo tipo de questionamento**, trazido por Eurípedes Falcão Vieira e Marcelo Milano Falcão Vieira ao longo deste livro, e que poderíamos resumir à seguinte interrogação: que lugar passa, então, a ocupar a ideologia na constituição da ordem política mundial? Partem os autores de uma constatação, a nosso ver apresentada com tom de provocação nos parágrafos que se encontram entre as páginas 54 e 56, a respeito das relações internacionais contemporâneas: o sistema mundial teria sido (re)ordenado, a partir do início dos anos 1990, em um contexto pós-ideológico no novo século sem ideologias.

Aqui cabe, do nosso ponto de vista, a seguinte pergunta: a que “fim das ideologias” se referem os autores? Acreditamos que a despolitização da economia mundial e das relações internacionais, no bojo no projeto de globalização neoliberal, vem sendo forjado com base em princípios ideológicos bastante claros: o Estado mínimo, exceto nos campos da segurança pública e da proteção da propriedade privada; a esfera de regulação pelo mercado sobrepondo-se às esferas das relações sociais e do meio ambiente; a política consensualista e o abandono da conflitualidade das relações sociais. Como lembram os próprios autores, na era pós-moderna, ocorre pouco a pouco o declínio da sociedade política em favor da sociedade técnica (página 79). A economia converte-se em técnica e as soluções tornam-se incompreensíveis para a grande maioria dos cidadãos, eles próprios já considerados quase-exclusivamente enquanto consumidores. A economia mundial despolitiza-se e o jargão economicista domina os debates públicos, enquanto a economia financeira desconecta-se, cada vez mais, da economia real, o que acarreta repercussões nefastas sobre o emprego e a qualidade de vida.

Em decorrência dessa tecnicização da sociedade política, como lembram os professores, a economia global deixa de ser considerada um *projeto* de desenvolvimento e passa fundamentalmente a basear-se em estratégias empresariais de dominação dos mercados e maximização da lucratividade (página 128). Como os autores, devemos contemplar a sociedade atual a partir de sua dupla realidade:

ao lado de suas riquezas tecnológica, cultural e econômica permanece a sua pobreza marcada pela dependência de alguns países, a violência das relações sociais e desigualdade econômica e social. São dois lados de uma mesma moeda; não podemos considerar uma dimensão da sociedade sem analisar a outra. Da mesma forma, não é possível tratar, por exemplo, a redução da pobreza separadamente do processo de acumulação do capital sem que se caia na armadilha das soluções técnicas integradas ao projeto ideológico da despolitização da economia. Isso significa, por conseguinte, que a ideologia está presente no projeto de uma sociedade global aparentemente harmoniosa e desprovida de conflitos. Como sublinham os professores Eurípedes Falcão Vieira e Marcelo Milano Falcão Vieira, a doutrina liberal deu sustentação ideológica ao capitalismo e tornou-se a vanguarda intelectual do individualismo, consagrando a iniciativa privada, individual ou associada como representativa de um estilo de democracia (página 135).

Uma ilustração bastante clara desse processo é a transição política e econômica vivida no início dos anos 1990 pelos países do leste europeu, que abandonaram abruptamente o universo da responsabilidade obrigatória para adentrar à galáxia, para eles pouco conhecida, da liberdade e da livre iniciativa. Os excessos desse universo contra os direitos individuais e os efeitos nefastos provocados pelos astros dessa galáxia em detrimento de um projeto coletivo e social, são bastante conhecidos, hoje, quase quinze anos após o início dessa aventura política, econômica e humana. Daí a necessidade de perguntar-nos: como desenvolver uma filosofia moral e uma prática social que permitam aos homens livres defender o bem comum sem cair nos conhecidos excessos de primazia da liberdade ou de coletivização dos bens? Com o projeto globalizante desestruturador das relações sociais, a noção de Interesse, em todos os domínios, adquiriu significativa amplitude em detrimento da noção de Bem. Ora, como já afirmara Michael Novak, os Interesses dividem ao passo que o Bem finaliza (Novak, 1991). O privilégio que se dá ao interesse estratégico em detrimento do bem comum e a prioridade do mercado enquanto sistema de regulação exclusiva das relações sociais nos planos nacional e internacional são traços que refletem opções ideológicas preponderantes, sobretudo desde o início dos anos 1990.

Não pretendem os professores construir, isso é evidente, respostas definitivas e exaustivas às questões relacionadas com as tensões entre o público e o privado na contemporaneidade. De fato, raramente essas tensões assumiram tantas dimensões distintas como nos dias de hoje, e isso desde o início dos anos 1990: a saúde, a educação de qualidade, o acesso à água potável para o consumo diário, a cultura, o cinema, entre outros bens, encontram-se, hoje mais do que nunca, sob a ameaça de uma visão exclusiva de mundo na qual o individual prima sobre o coletivo, o curto prazo sobre o programa de futuro, o projeto sobre a política, a homogeneização sobre a diversidade. Que atores têm a responsabilidade de definir, promover e proteger o bem público? Que bens merecem a etiqueta de bem público e que mecanismos de regulação seriam necessários, no longo prazo, para a manutenção desses bens? Ao leitor curioso de buscar elementos de reflexão para tais questões, o ensaio dos professores gaúchos poderá apontar caminhos de análise intrigantes e ilustrações contemporâneas bastante pertinentes.

Em **terceiro lugar**, como resultado da importância das infovias e das redes de comunicação na era da pós-modernidade, a educação e o conhecimento, o que os autores chamam de "capital intelectual e capital conhecimento" (página 134), adquirem considerável envergadura enquanto fatores centrais da equação do desenvolvimento humano e social. A educação e o acesso ao conhecimento são essenciais para a qualificação do sujeito individual e coletivo. Como bem indicam os autores, cada país será resultado de seus investimentos em educação; o acesso ao conhecimento balizará a sociedade do século 21. Trata-se da consolidação do processo de desenvolvimento da chamada *knowledge society*, em que postos de trabalho passam a exigir mais capacidade criativa e formação continuada daqueles que aspiram ter acesso ao mercado. Nessa sociedade do conhecimento, o valor agregado ao que se produz decorre, sobretudo,

do intelecto posto em funcionamento, da informação analisada e da capacidade de criar e inovar com criticidade.

Não pretendemos, com esses três temas, resumir a riqueza deste ensaio publicado pela FGV, visto que sua densidade epistemológica e sua natureza interdisciplinar desafiam o leitor a cada capítulo. É claro que da análise de uma tão ampla gama de temas poderão resultar, na cabeça do leitor, dúvidas e interrogações. Por exemplo, a globalização atual ensejaria realmente a queda das barreiras espaciais e fiscais? O fortalecimento dos blocos econômicos regionais seria uma maneira de assegurar a soberania do Estado-nação, desde que os Estados superem as posições hegemônicas em favor de relações de troca com equidade? O fortalecimento desses blocos não desvirtuaria as identidades nacionais diante da centralização do processo decisório de instâncias como, por exemplo, a Comissão de Bruxelas? Na constituição da (nova) ordem mundial a partir dos anos 1990, não seria necessário diferenciar-se a crise do Estado-nação a que os autores fazem referência de duas outras crises que lhe são anteriores: a do Estado-providência e a do Estado enquanto único ator das relações internacionais? Ao levantar mais questões a partir da leitura deste instigante ensaio filosófico, o leitor cumprirá seguramente o objetivo principal que se dão os seus autores: entrar em diálogo com idéias por eles desenvolvidas e aportar novas dimensões ao debate sobre as relações entre pós-modernidade, política e transformações sociais.

REFERÊNCIAS

- BEAUD, Michel. **Le basculement du monde**. Paris: La découverte, 1997.
- DUPAS, Gilberto. **Tensões contemporâneas entre o público e o privado**. São Paulo: Paz e Terra, 2003, 145p.
- FLYVBJERG, Bent. **Making Social Science Matter, why social inquiry fails and how it can succeed again**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- FOUCAULT, Michel. **The Order of Things: an Archaeology of the Human Sciences**. New York: Vintage, 1973.
- NICOLESCU, Basarab. **O Manifesto da Transdisciplinaridade**. Lisboa: Coleção Trans, 2001.
- NOVAK, Michael. **Démocratie et bien commun**. Paris: Edições CERF (Institut La Boétie), 1991.